



- 3 Inauguração da Delegação do CCAC na Taipa
- 5 Acções de Sensibilização sobre Eleições Limpas
- 9 Publicação da “Retrospectiva da Construção de Uma Sociedade Íntegra em Macau”

- 2 Mensagem do Comissário
- 3 Inauguração da Delegação do CCAC na Taipa
- 5 Acções de Sensibilização sobre Eleições Limpas
- 10 Publicação da “Retrospectiva da Construção de Uma Sociedade Íntegra em Macau”
- 11 Notícias do CCAC
- 13 Novidades
- 14 Recortes de Jornais
- 16 Conto
- 17 Legislação (Perguntas e Respostas)
- 18 Miradouro
- 19 Provérbio

Boletim do CCAC

Nº 31 – Outubro de 2009

Edição: Comissariado contra a Corrupção

Coordenação: Departamento de Relações

Comunitárias do CCAC

Design e arranjo gráfico: EA Design

Impressão: EA Design

Tiragem: 2.000 exemplares

As sugestões e os pedidos de aquisição do

Boletim do CCAC devem ser dirigidos a:

Comissariado contra a Corrupção –

Departamento de Relações Comunitárias

Alameda Dr. Carlos d’Assumpção

Edif. Dynasty Plaza, 14º andar, Macau

Tel: (853)2832 6300

Fax: (853)2836 2336

<http://www.ccac.org.mo>

ISSN: 1682-8739

## MENSAGEM DO COMISSÁRIO

As eleições para a 4.ª Assembleia Legislativa terminaram. Sobre irregularidades eleitorais, as queixas recebidas e os processos instruídos pelo CCAC diminuíram, respectivamente, cerca de 40% e 60% em comparação com o processo eleitoral anterior. Foram uníssonos os comentários nos jornais no sentido de que todas as partes envolvidas demonstraram maior contenção e que as eleições foram consideradas limpas pelos cidadãos.

A lei sobre a “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado” foi aprovada pela Assembleia Legislativa em Agosto último e entrará em vigor a 1 de Março de 2010. A aprovação deste diploma marca a entrada numa nova era da construção de uma sociedade limpa em Macau. Citando um jornal, “é o fruto de uma árdua luta de 20 anos pela integridade social, embora a apreciação na especialidade e votação do seu projecto na AL não tenha demorado mais do que um quarto de hora.”

O diploma confere ao CCAC o poder de investigar a corrupção no sector privado, no âmbito de um combate que se reveste de grande importância para a promoção do desenvolvimento e transparência sociais. No entanto, a lei, para ser aplicada, tem que ser plenamente conhecida pelas instituições privadas e seus agentes. A este propósito, o CCAC procederá à redistribuição dos seus recursos e promoverá a necessária sensibilização. Na fase inicial, a prioridade incidirá na vertente preventiva e na promoção de uma gestão honesta. Em simultâneo com o planeamento de acções de sensibilização, estamos, neste momento, a recolher opiniões junto de associações de diversos ramos empresariais, tendo por objectivo melhor ajudar as instituições privadas na prevenção da corrupção, bem como esclarecer as matérias objecto da atenção dos cidadãos.

Desde a criação de um órgão contra a corrupção até aos nossos dias, a luta em prol de uma sociedade íntegra em Macau trilhou já um percurso de 17 anos. Uma causa que se tem desenvolvido com passos seguros, tendo os primeiros resultados, graças ao apoio e colaboração do Governo e da população e ao esforço do pessoal do CCAC. Recentemente, lançámos uma edição especial em que se faz uma retrospectiva desse percurso de 17 anos em prol da integridade, para a qual muito contribuiu o esforço dos nossos antecessores e dos diversos sectores sociais.

## INAUGURAÇÃO DA DELEGAÇÃO DO CCAC NA TAIPA

A 14 de Agosto, a Delegação do CCAC na Taipa entrou formalmente em funcionamento. O Chefe do Executivo, Ho Hau Wah, que descerrou a placa de inauguração, cortou a fita em conjunto com o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, o Reitor da Universidade de Macau, Wei Zhao, o Presidente da Associação de Moradores da Taipa, Yuen Tze Wing, e a Presidente da Associação de Moradores de Coloane, Sam Iok Ha.

Na cerimónia, a Chefe do Gabinete do Comissário proferiu um discurso. Segundo Ho Ioc San, o sucesso da construção de uma sociedade limpa depende não só da determinação e firmeza dos governos, como também do sentido da integridade e do apoio dos cidadãos; a luta contra a corrupção é uma tarefa árdua e permanente, mas desde que todos envidem esforços conjugados e contínuos, a cultura da integridade enraizar-se-á e robustecerá em Macau. Promover, sublinhou, o contacto e a sensibilização das comunidades é, desde o início, uma aposta do CCAC, que se tem empenhado na criação de mais plataformas para a divulgação do valor da honestidade e do cumprimento da lei junto dessas comunidades. A instalação de uma delegação na Taipa representa, ao mesmo tempo, uma resposta ao desenvolvimento urbano nas ilhas, acrescentou.



Corte da fita



Descerramento da placa pelo Chefe do Executivo



Ho Ioc San proferindo o discurso



Visita às instalações



Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das Ilhas na delegação, após uma reunião



Reunião com o Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das Ilhas



Alunos da Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau na delegação, após uma palestra



Director da Escola Secundária Pui Va, Un U Wa (4.ª da direita), na delegação, após um encontro

Depois do acto de inauguração, os convidados visitaram as instalações da delegação, incluindo as salas de espera, de denúncias e de exposições. O que os impressionou mais foi a sala de exposições, com temas dedicados a eleições limpas.

A delegação é responsável por, principalmente, receber queixas e pedidos de consulta dos cidadãos, reforçar o contacto com as associações da zona e promover a educação para a honestidade da juventude. Sita na Rua de Nam Keng, Edifício “Nova City”, Torre IV, r/c, Loja C, ao lado do Jardim de Infância Pui Tou, está aberta de segunda a sexta-feira, das 16 às 20 horas. O número de telefone é o 2836 3636. Desde a entrada em funcionamento da delegação, o CCAC já recebeu aí várias associações, para encontros e palestras.

## ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE ELEIÇÕES LIMPAS

No intuito de defender a justiça das eleições para a 4.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa, o CCAC realizou, no dia 12 de Setembro, uma conferência de imprensa presidida pelo Adjunto do Comissário, Chan Seak Hou, pela Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, e pelo Assessor, Vu Ka Vai, para dar a conhecer as acções planeadas e desenvolvidas contra a corrupção eleitoral.

Na conferência de imprensa, o Adjunto do Comissário sublinhou que “reforço na prevenção e firmeza no combate” é a estratégia orientadora das acções do CCAC no âmbito das presentes eleições legislativas; a prevenção é a primeira prioridade e incide sobretudo na área da sensibilização, enquanto a investigação penal se assume mais como meio complementar.



Conferência de imprensa sobre eleições limpas



Várias formas das publicidades ao ar livre sobre eleições limpas



Vários tipos de materiais de divulgação



Tenda do CCAC no “Dia de início da propaganda eleitoral”, realizado pela Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, em 5 de Setembro

## “ELEIÇÕES LIMPAS ECOANDO POR TODA A CIDADE” – GRANDES ESPECTÁCULOS DE VARIEDADES AO AR LIVRE



Convidados presidindo à inauguração da actividade no Centro

Para a divulgação da justiça nas eleições para a 4.ª Assembleia Legislativa, o CCAC realizou, em Agosto e Setembro, três grandes espectáculos de variedades ao ar livre “Eleições Limpas Ecoando por Toda a Cidade”, na Taipa (no espaço lateral do Jardim da Cidade das Flores), no Jardim do Mercado Iao Hon e no Centro (no Largo do Senado). Muitos cidadãos estiveram presentes, numa grande animação.

Com estas três actividades pretendeu-se desenvolver campanhas de sensibilização directa junto dos

cidadãos, no sentido de lhes despertar a atenção para eleições limpas, por meios vivos e alegres. Na actividade decorrida na Taipa, a Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, sublinhou que quem compra ou vende votos comete um crime punível com pena de prisão efectiva até 8 anos. Apelou a que os cidadãos estimassem o seu voto, num esforço conjunto visando a salvaguarda de eleições limpas. No Jardim do Mercado Iao Hon, o Adjunto do Comissário, Chan Seak Hou, mostrou-se convencido de que, no acto de votação, os cidadãos de Macau escolheriam com perspicácia e consciência a candidatura que serviria verdadeiramente Macau e a sua população.

Já no espectáculo realizado no Centro, o Comissário Cheong U destacou, no seu discurso, que um processo eleitoral para a Assembleia Legislativa é sempre uma rara oportunidade para a promoção da educação cívica e para o crescimento da sociedade civil. Ao mesmo tempo, as grandes disputas eleitorais constituem uma prova importante da qualidade moral a que estão submetidos tantos candidatos como eleitores. Neste sentido, deveríamos estimar as presentes eleições. É com usos, costumes e regimes eleitorais respeitadores da honestidade e da justiça que se torna possível exteriorizar o significado das eleições e escolher personalidades idóneas para a Assembleia Legislativa da RAEM.

Do programa da actividade dessa noite, constou um acto de especial interesse: as listas de candidatura, através dos seus representantes, prometeram, conjunta e publicamente, apoiar eleições limpas.

No local dos espectáculos, foram instaladas tendas de jogos educativos e painéis expositivos. Tudo isto com o objectivo de exortar os cidadãos a cumprir a lei e a defender a justiça e integridade nas eleições.



Convidados de honra presidindo à inauguração da actividade na Taipa



Convidados presidindo à inauguração da actividade em Iao Hon



Numa tenda de jogos educativos



Num jogo educativo



Participação activa de cidadãos



Peça de teatro contra a corrupção eleitoral

Em 20 de Setembro, dia da votação, o CCAC recebeu 56 denúncias de irregularidades eleitorais, apresentadas por candidatos e cidadãos, o que representa uma diminuição de 40% relativamente às últimas eleições. Foram ainda recebidos 9 pedidos de informação sobre assuntos eleitorais, menos 70% que nas últimas eleições.

Antes da abertura das assembleias de voto, os investigadores do CCAC dividiram-se em vários grupos para acções de prevenção contra a corrupção e fraude eleitoral, nas várias zonas de Macau. Nalgumas acções suspeitas de campanha eleitoral, os elementos do CCAC empreenderam várias acções de dissuasão ou de advertência e os indivíduos envolvidos pararam de imediato. Em relação às 56 denúncias de irregularidades eleitorais, a maioria foi de propaganda eleitoral ilegal. Houve algumas denúncias sobre a compra de votos e, após investigação, verificou-se serem acções difamatórias.

Ao anoitecer, um homem, no transporte de cidadãos para a assembleia de voto sita no Pavilhão Polidesportivo do Tap Seac, terá violado a lei eleitoral sobre proibição de propaganda eleitoral no dia das eleições e as instruções da Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa sobre a proibição de tentar obter votos em carros, tendo sido detido. No dia seguinte, foi julgado em processo sumário e, sendo suficientes as provas, o Tribunal condenou-o à multa de 120 dias, na quantia diária de 80 patacas e no total de 9.600, sendo, na falta de pagamento, a multa convertida em 80 dias de prisão.

Em comparação com as muitas irregularidades eleitorais das últimas eleições e fazendo um balanço desta votação, todas as listas de candidatura se contiveram não havendo irregularidades de nota nem acções de fraude eleitoral graves.

*Apoie eleições limpas*

## CONVERSA FIADA COM ALFRED CHEUNG SOBRE ELEIÇÕES



O Adjunto do Comissário, Chan Seak Hou, oferecendo uma lembrança a Alfred Cheung



Mais de 600 estudantes universitários participando na actividade

O CCAC realizou, com a colaboração da Universidade de Macau (UM), em 10 de Setembro de 2009, às 16h00, no Centro Cultural da UM, uma actividade “Chit Chat (Conversa Fiada) com Alfred Cheung, sobre eleições”. Alfred Cheung, famoso director cinematográfico de Hong Kong, dialogou com alunos universitários de Macau, de forma franca e interactiva, partilhando experiências e opiniões sobre as várias matérias, nomeadamente, o exercício dos direitos cívicos dos jovens, as relações entre o parlamento e a sociedade e a participação dos jovens na política parlamentar. Mais de 600 jovens estiveram presentes, em grande animação.

A actividade dividiu-se em duas partes. Primeiro, o pessoal do CCAC fez uma palestra sobre eleições limpas. De seguida, falando sobre integridade e eleições, Alfred Cheung lembrou aos jovens que o preço pago pela corrupção ou pela corrupção eleitoral poderá ser muito superior às vantagens ilícitas daí obtidas. Apelou que exerçam o direito de voto, em vez de terem uma atitude negativa ou indiferente ao acto de votação, aproveitando o seu voto para promover o progresso da sociedade.

## JOGO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS “APOIO A ELEIÇÕES LIMPAS”

Em véspera das eleições para a 4.<sup>a</sup> Assembleia Legislativa, para divulgar amplamente a mensagem de eleições limpas, o CCAC organizou um jogo de perguntas e respostas “Apoio a eleições limpas”. Com a participação dos cidadãos, foram recebidas mais de 3.100 formulários do jogo emitidos pelo CCAC. Em 11 de Setembro, realizou-se um sorteio com o Adjunto do Comissário, Chan Seak Hou, e a Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San. Foram sorteados 450 participantes que obtiveram lembranças sobre o tema.



O Adjunto do Comissário, Chan Seak Hou, e a Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, presidindo ao sorteio

## INQUÉRITOS SOBRE ELEIÇÕES LIMPAS

A partir de 1 de Setembro, o CCAC efectuou uma série de inquéritos sobre eleições limpas, recolhendo opiniões dos cidadãos sobre as eleições para a Assembleia Legislativa e as acções de sensibilização para eleições limpas desenvolvidas pelo CCAC, aproveitando o inquérito para divulgar, directamente, aos entrevistados, a mensagem de eleições limpas. Todos os dados recolhidos foram para referência e análise.

Realizaram-se três tipos de inquérito, incluindo um inquérito residencial, um de rua, e um na Internet. Relativamente aos dois primeiros, foram recolhidas mais de 4.300 respostas. Quando ao inquérito na Internet, foi dividido em duas fases, ou seja, antes das eleições e após as eleições. Os cidadãos podem ver o inquérito na Internet na página electrónica do CCAC e preenchê-lo.



Elementos do Grupo de Voluntários para Uma Sociedade Limpa ajudando a realizar o inquérito



## VISITA À ACM



Fotografia em grupo

No âmbito da recolha de opiniões sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, a Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, a Chefe do Gabinete, Ho Ioc San, e a Assessora, Iao Man Leng, visitaram a Associação Comercial de Macau (ACM) em 7 de Outubro, tendo sido recebidas pelo Presidente, Hoi Sai Un, e pelo Vice-Presidente, Kou Hoi In, do Conselho de Direcção desta associação.

Os dirigentes da ACM aplaudiram a aprovação do diploma, afirmando que o sector comercial está totalmente a favor da salvaguarda da integridade em Macau. Sugeriram ao CCAC a promoção da sensibilização e divulgação, no

sentido de dissipar as eventuais dúvidas, dado que, na fase inicial da sua vigência, a lei poderá não ser completamente conhecida no sector.

Os representantes do CCAC têm a mesma opinião quanto à grande importância de uma ampla divulgação, especialmente na prestação de esclarecimentos dando exemplos com casos reais. Adiantaram que a instituição está a estudar a definição de um conjunto de medidas e planos neste âmbito e sugeriram à ACM a formulação de opiniões, dada a necessidade de recolher constantemente perguntas e casos reais visando o enriquecimento do conteúdo da divulgação. Segundo sublinhou Tou Wai Fong, a participação dos diversos ramos de actividade é indispensável, a julgar pela experiência de Hong Kong, onde as orientações para a prevenção da corrupção em cada ramo de actividade foram produzidas pela Comissão Independente contra a Corrupção da região vizinha em conjunto com cada ramo interessado.

O reforço da sensibilização mereceu o consenso das duas partes. Segundo foi acordado, o CCAC fará, primeiro, apresentações sobre a lei aos Conselhos de Direcção e de Fiscalização da ACM e, depois, esta associação transmitirá as respectivas informações e contactará os diversos ramos do sector comercial, numa cooperação visando a generalização do conhecimento sobre a lei.

## REALIZAÇÃO DE “WORKSHOP SOBRE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS”

O CCAC realizou um “*Workshop* sobre Aquisição de Bens e Serviços” na tarde de 5 de Outubro, no 4.º andar do Centro de Convenções e Diversões da Torre de Macau. Participaram mais de 190 trabalhadores dessa área, representando 60 serviços e entidades públicas, que trocaram experiências através de debates em grupo. O *workshop* inseriu-se num leque de acções de formação que vêm sendo organizadas após a assinatura, em 2007, do protocolo de colaboração no âmbito da aplicação do “Plano para uma Gestão Íntegra”, entre o CCAC e os serviços públicos. Teve por objectivo permitir ao pessoal responsável pelas aquisições, através da discussão, uma troca de experiências e melhoria do trabalho nesta área.

Para debate nos grupos, o CCAC concebeu quatro casos representativos: quatro projectos de aquisição frequentes, designadamente aquisição de serviços de segurança, fornecimento de equipamento sonoro para actividades de grande dimensão, impressão de brochuras e aquisição de equipamento informático. A discussão dos participantes centrou-se em aspectos como conflito de interesses, critérios de avaliação e selecção e alteração do conteúdo do concurso. Terminado o debate, cada grupo apresentou um resumo. Em seguida, a Adjunta do Comissário contra a Corrupção, Tou Wai Fong, e o Assessor Jurídico do CCAC, Vu Ka Vai, traçaram as conclusões e responderam às questões postas pelos participantes.

No âmbito do *workshop*, o CCAC constatou uma melhoria visível do sentido dos participantes relativamente à legalidade, justiça, proporcionalidade e transparência no procedimento de aquisições, o que denota a melhoria do funcionamento dos serviços públicos nesta área.



Trabalhadores de 60 serviços e entidades públicas trocando experiências no *workshop*

## SEMINÁRIO “ACTUALIDADE E PERSPECTIVAS DA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO NO SECTOR PRIVADO” TERÁ LUGAR NO INÍCIO DE NOVEMBRO

O seminário, organizado conjuntamente pelo Ministério da Supervisão da China, pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong e pelo Comissariado contra a Corrupção (CCAC) de Macau, decorrerá entre 9 e 10 de Novembro no Grande Salão do rés-do-chão do Hotel MGM Grand Macau. O CCAC é responsável pela organização deste encontro que tem como objectivos o estudo das razões que motivam a corrupção e a fraude, a actualidade e os resultados da prevenção e combate à corrupção no sector privado nas três regiões, com reflexões e perspectivas sobre o tema. Os oradores serão representantes das autoridades de supervisão, especialistas, académicos e quadros superiores de gestão de entidades empresariais das três regiões.

No intuito de aprofundar o intercâmbio e a cooperação na promoção da integridade entre a China continental, Hong Kong e Macau, o Ministério da Supervisão, a ICAC e o CCAC de Macau realizaram conjuntamente, em 2007 e 2008, respectivamente, dois seminários sob os temas “Combate à Corrupção em Obras de Construção Civil” e “Gestão Empresarial e Promoção da Integridade no Sector Financeiro”, partilhando experiências de trabalho sobre a prevenção e o combate à corrupção e à fraude, com bons resultados.

## PUBLICAÇÃO DA “RETROSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA UMA SOCIEDADE ÍNTEGRA EM MACAU”

Passaram dez anos desde que foi criado o Comissariado contra a Corrupção, nos termos do artigo 59.º da Lei Básica da RAEM, em 20 de Dezembro de 1999. Por ocasião do 10.º aniversário do estabelecimento da RAEM, o CCAC publicou a “Retrospectiva da Construção da Uma Sociedade Íntegra em Macau”. Com esta publicação, o CCAC deseja fazer uma retrospectiva do passado e perspectivar o futuro, em conjunto com a população. Está divulgada para todos os sectores sociais.



O livro, trilingue, traça pormenorizadamente o percurso dos 17 anos de promoção da integridade em Macau, desde a criação, em 1992, do Alto Comissariado contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa, antecessor do CCAC, criado depois do retorno de Macau à China. Nele estão apresentadas as acções realizadas nas áreas do combate à corrupção, da provedoria de justiça, da sensibilização e da formação de pessoal, entre outras.

## “NOVA GERAÇÃO ÍNTEGRA — PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A HONESTIDADE DOS ESTUDANTES DO ENSINO PRIMÁRIO”

No ano lectivo 2009/2010, o CCAC continuará a desenvolver o programa “Nova Geração Íntegra — Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário”, que tem como destinatários alunos do ensino primário dos 4.º, 5.º e 6.º anos de escolaridade. A partir deste ano lectivo, há dois temas para cada ano de escolaridade à escolha das escolas: “Competição justa” e “Honestidade” para o 4.º ano, “Eleições limpas” e “Encorajar a defesa da justiça” para o 5.º, e “Conceito de dinheiro” e “Justiça e amizade” para o 6.º.

Todas as actividades acima mencionadas se realizam na Delegação do CCAC na Areia Preta. Através de teatro de marionetas, gráficos computadorizados e vídeos, elementos do CCAC explicam aos alunos temas sobre honestidade, competição justa e conceito de dinheiro e realizam debates interactivos. A duração da actividade é de cerca de 1 hora e a capacidade de acolhimento é de 50 alunos. Para mais informações, as escolas ou associações interessadas podem contactar a Delegação, através do telefone 2845 4424.

## PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA SOBRE ÉTICA EMPRESARIAL EM HONG KONG

Uma delegação do CCAC, chefiada pela Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, esteve presente na “Business Ethics Conference cum Pledging Ceremony for Small and Medium Enterprises” que teve lugar em Hong Kong de 8 a 10 de Outubro. No encontro, organizado pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) da região vizinha, participaram ainda representantes da Associação Comercial de Macau e da Associação de Pequenas e Médias Empresas de Macau, a convite do CCAC.

A conferência pretendeu incentivar o sector empresarial de Hong Kong, que neste momento atravessa dificuldades nas suas actividades, a conhecer a actualidade do desenvolvimento económico e os pontos essenciais para a prevenção da corrupção. Forneceu uma plataforma interactiva, com palestras e discussões, para que os participantes trocassem ideias com funcionários governamentais da China continental, dirigentes e profissionais do sector empresarial, sobre a preservação da integridade na actividade empresarial, uma solução que permitirá às PME resistir à conjuntura adversa e encontrar oportunidades de negócio.

Aprovada a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, o CCAC está neste momento a fazer preparativos para a entrada em vigor do diploma. A esse respeito, a delegação do CCAC aproveitou a estadia em Hong Kong para se reunir com elementos de diversas áreas do Departamento de Prevenção da Corrupção e do Departamento de Relações Comunitárias da ICAC, no sentido de conhecer a experiência da instituição congénere sobre a prevenção e a sensibilização contra a corrupção no sector privado.



Delegação do CCAC com o Comissário da ICAC, Timothy Tong Hin-ming



Encontro entre elementos da ICAC e a delegação do CCAC

## PARTICIPAÇÃO NA 14.ª REUNIÃO DO GRUPO ORIENTADOR DA INICIATIVA DO ADB/OECD CONTRA A CORRUPÇÃO PARA A ÁSIA-PACÍFICO

No início de Setembro, decorreram em Manila, Filipinas, a 14.ª Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico e o Seminário Regional sobre a Economia Política da Corrupção, em que o CCAC esteve representado pela Assessora do Gabinete do Comissário, Iao Man Leng, e pela Chefe da Divisão de Promoção Comunitária e Relações Públicas, Lou Cam Kiu.

A Iniciativa promove a realização de um conjunto de acções contra a corrupção. Na 13.ª Reunião do Grupo Orientador, que teve lugar em Macau em finais de Março passado, o Grupo Consultivo e os países e territórios membros fizeram uma avaliação independente sobre o andamento da Iniciativa. Fazer uma apresentação e discutir o projecto do relatório dessa avaliação foi a matéria principal da agenda da 14.ª Reunião, a 8 de Setembro. Nos dois dias seguintes, teve lugar o Seminário Regional, que se debruçou sobre a definição e os impactos da economia política da corrupção, o reforço da independência dos órgãos contra a corrupção e a importância dos instrumentos legais internacionais na prevenção da interferência política. Realizaram-se ainda estudos de casos e discussões em grupo, visando a troca de experiência entre os participantes.



Iao Man Leng (4.ª da esquerda da 1.ª fila) com representantes de outros países e territórios

## CONCURSO DE FOTOGRAFIA DO PESSOAL DO CCAC

O CCAC realiza todos os anos um concurso interno de fotografia, tendo por objectivo permitir ao seu pessoal, através de trocas sobre técnicas e experiências, melhorar o seu nível de fotografia e enriquecer os tempos livres.

“Amor ao Lótus, Amor à Integridade” foi o tema do concurso deste ano em que se completam os 60 anos da R. P. China e os 10 anos da RAEM e, também, do CCAC. O interesse acrescido deste tema explica-se pelo facto de que os chineses consideram o lótus como símbolo de pureza e integridade, já que “emerge imaculado do lodo”.

Para o júri, foram convidados três conhecidos fotógrafos, Sit Lek Kan, Au Chi Keung e Kong Iu Lam, representando respectivamente a Associação Fotográfica de Macau, a Associação de Fotografia Digital de Macau e a Associação de Salão Fotográfico de Macau. De entre os 223 trabalhos apresentados por 42 concorrentes, foram atribuídos um 1.º prémio, um 2.º prémio, um 3.º prémio, um prémio Revelação e 10 menções honrosas. Todos os trabalhos vencedores, juntamente com outros 44 admitidos a concurso, estiveram reunidos numa exposição, patente a toda a população, entre 9 e 12 de Outubro, no Salão de Exposições da Plaza Cultural de Macau.



Inauguração da exposição



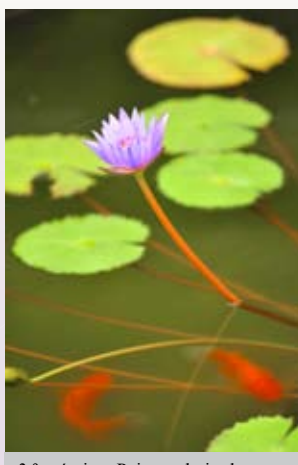
1.º prémio – Apreciando (Ut Long)



Convidados de honra apreciando os trabalhos



2.º prémio – Libelinha em repouso (Helena Chan)



3.º prémio – Peixes admiradores (Wong Chi Hou)



Revelação – Botão (Ho Ioc San)



O Comissário Cheong U e titulares de outros cargos principais na recepção comemorativa do aniversário da RPC (2009-10)



A Chefe do Gabinete, Ho Ioc San, recebendo a visita do Cônsul dos EUA em Hong Kong, Jeffrey Hilsen (2009-10)



Visita de representantes da Associação de Engenharia e Construção de Macau (2009-10)



Visita de estagiários do Curso de Formação de Magistrados (2009-8)



Elemento do CCAC proferindo uma palestra sobre integridade na Escola Secundária Hou Kong (2009-10)



Pequenos jornalistas na sala de actividades educativas da Delegação do CCAC na Areia Preta (2009-8)



Início de mais um Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos, contando com pessoal do CCAC para palestras sobre integridade e dedicação ao público (2009-7)

## Sociedade

QUA 14 de Outubro de 2009

### Funcionário da DSEJ sob suspeita do CCAC

Um funcionário da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) é suspeito de falsificação de documento, concussão, peculato e peculato de uso, envolvendo um montante de 100 mil patacas. O caso foi investigado pelo Comissariado contra a Corrupção (CCAC) e remetido para o Ministério Público. De acordo com uma nota de imprensa, o CCAC começou a investigar depois de ter recebido uma informação da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de que o trabalhador estaria envolvido na prática de ilicitudes na gestão financeira. Terminada a investigação, terá prestado fatura aos trabalhadores e o funcionário a devo-

Além disso, em diários, o funcionário correntes que ela a fim de obter, de pratas. Finalmente, terá cobrado indies.

Segundo a nota, o funcionário afez uma pequena caixa in disso, suspeita-se que o funcionário é suspeito de documentos rela-

## Local

8 14 de Agosto de 2009 | SEXTA-FEIRA | O CLARIM

### CORRUPÇÃO ELEITORAL CCAC investiga três casos

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) recebeu 102 denúncias de corrupção eleitoral até 10 de Agosto, três das quais motivaram investigações, quando falta menos de um mês para a campanha para as legislativas, que se inicia a 5 de Setembro.

Em conferência de Imprensa, o adjunto do comissário contra a corrupção, Afonso Chan, escusou-se a revelar pormenores sobre as investigações em curso, referindo apenas que se «reportam a suspeitas de crimes de corrupção eleitoral» e que foram apresentadas antes da formação das listas que concorrem às eleições. «A maioria das denúncias recebidas referem-se a suspeitas de violação de regras da campanha eleitoral», associadas designadamente à organização de festividades no âmbito do 10º aniversário da transição de poderes de Portugal para a China, acrescentou. O facto de a campanha eleitoral arrancar a 5 de Setembro não invalida as denúncias apresentadas à priori, explicou Afonso Chan ao salientar que «aquelas se referem a factos que poderão constituir crime se forem reunidas provas». Em Outubro será julgado o sexto e penúltimo caso de corrupção eleitoral respeitante à compra e venda de votos nas legislativas de 2005, que foi encaminhado pelo CCAC para o Ministério Público. Nos cinco processos já julgados, 40 dos 75 réus foram considerados culpados. Com o objectivo de garantir que as eleições de Setembro serão «limpas e justas», o CCAC vai investir 2,9 milhões de patacas em acções de sensibilização da população, que têm os jovens como o

## Política

22 de Setembro de 2009 Ponto Final

### Multa de 10 mil patacas por fazer propaganda ilegal

Um homem acusado de fazer propaganda eleitoral no dia das eleições foi ontem julgado no Tribunal Judicial de Base e condenado a 120 dias de multa, à razão de 80 patacas por dia. Se o arguido – identificado numa nota do Comissariado contra a Corrupção como sendo Hoi Man Sai – não pagar as 9.600 patacas de multa, terá de cumprir 80 dias de prisão.

Explica a mesma nota do CCAC, sem revelar a candidatura em causa, que o homem estava a apoiar uma lista conduzindo um automóvel que transportava eleitores do Bairro Iao Hon para uma assembleia de voto no Tap Seac. E no percurso, instigava os passageiros a votar na sua lista. Investigadores do CCAC apresentaram ao juiz os seguintes

## Local

O CLARIM | SEXTA-FEIRA | 31 de Julho de 2009 | 9

### Corrupção no sector privado está definida

Finalmente, fez-se luz sobre o modo como irá ser feito o combate à corrupção no sector privado. Na passada segunda-feira, dia em que foi assinado o parecer da 3ª Comissão Permanente da AL, ficou-se a saber que aquele tipo de crimes

vai ser punido com pena máxima de três anos. A moldura penal será, assim, ligeiramente mais leve do que a prevista para o sector público. A ilicitude, em geral, será punida com «pena de prisão até um ano», mas, caso existam circunstâncias

agravantes, fixar-se-á «entre dois a três anos» de prisão. A proposta inicial – recorde-se – contemplava uma pena que poderia ir até aos oito anos. Na nova redacção consagra-se que o regime penal abrange também os patrões e não apenas os empregados. ■

SEXTA-FEIRA 18.9.2009  
www.hojemacau.com

9 actual



**CCAC encontra foragido**

O Comissariado Contra a Corrupção "descobriu o rasto" de um "homem de apelido Sio", condenado em 2006 a um ano e seis meses de prisão por retenção de cartões de eleitor durante as eleições legislativas de 2005. Segundo o comunicado de imprensa do órgão de investigação, o cidadão foi ontem localizado, depois de ter estado "em paradeiro desconhecido durante dois anos". Sio foi já detido e encaminhado para o Estabelecimento Prisional de Macau.

SEXTA-FEIRA 11.9.2009  
www.hojemacau.com

11 sociedade

**Guarda da PSP saía mais cedo**

Um agente da Polícia de Segurança Pública (PSP) foi indiciado por saídas antecipadas do posto de serviço, sem autorização e com vista a deslocações para fora de Macau, durante muitos anos, anunciou ontem o Comissariado contra a Corrupção (CCAC). No caso, descoberto pelo CCAC, estão envolvidos mais dois graduados que, quando de serviço, terão sido excessivamente permissíveis à prática em causa e ainda um guarda suspeito de alteração de horários relativos a turnos. Os quatro agentes terão violado o Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança e os factos foram ontem comunicados à PSP. Segundo uma denúncia apresentada ao CCAC, um guarda de primeira do Comissariado Policial da Taipa, durante muitos anos, alegadamente abandonava antecipadamente o posto de trabalho para depois sair de Macau quando estava no segundo turno de serviço (desde a tarde até à meia-noite). A investigação concluiu que, durante dez anos - de 1998 até hoje -, as saídas antecipadas, sem autorização, terão ocorrido quando o agente exercia funções de adjunto dos graduados de serviço, a quem pedia para abandonar o posto, alegando má disposição física

QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2009 jtm

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS MOTIVOU DEBATE

**"Workshop" do CCAC juntou quase 200 funcionários**

O Comissariado contra a Corrupção realizou um "Workshop sobre Aquisição de Bens e Serviços" que reuniu mais de 190 trabalhadores dessa área

Funcionários de 60 serviços e entidades do sector público participaram, na segunda-feira, no Centro de Convenções e Entretenimento da Torre de Macau, no "workshop" organizado pelo Comissariado contra a Corrupção (CCAC) com o objectivo de permitir ao pessoal responsável pelas aquisições uma troca de experiências e melhoria do trabalho nesta área.

Este "workshop" inseriu-se numa série de acções de formação que têm sido organizadas em 2007, do protocolo de colabo aplicação do "Plano para uma G o CCAC e os serviços públicos.

De acordo com uma nota do C concebeu, para debate em grupos, tentativos e tidos como frequent a aquisição de serviços de segur de equipamento sonoro para act dimensão, impressão de brochu equipamento informático. A dis



pantes centrou-se em aspectos como conflito de interesses, critérios de avaliação e selecção e alteração do conteúdo do concurso. Após o debate, cada grupo

jtm QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2009

02 local

ARGUIDA TRABALHAVA NO CENTRO HOSPITALAR CONDE DE SÃO JANUÁRIO

**Tribunal condenou enfermeira por falsificação de atestados**

Uma enfermeira do Centro Hospitalar Conde de São Januário foi condenada ontem pelo Tribunal Judicial de Base a uma pena de um ano e seis meses, com execução da pena suspensa por dois anos, por falsificação de documentos

Ontem realizou-se no Tribunal Judicial de Base (TJB) o julgamento de uma enfermeira do Centro Hospitalar Conde de São Januário, que falsificou atestados médicos, descobertos pelo Comissariado contra a Corrupção (CCAC). De acordo com uma nota de imprensa enviada pelo organismo, a arguida, Ting Fui Lin, foi assim condenada por crime de falsificação de documentos à pena de prisão de um ano e seis meses, com execução da pena suspensa por dois anos, devendo ainda pagar uma indemnização de seis mil patucas ao Governo, bem como custos judiciais.

Segundo o comunicado do CCAC, na leitura da sentença, a presidente do Colectivo do TJB, Alice Costa, referiu que não se podia provar que a arguida não estivesse doente, face à acusação de falsificação de atestado médico. A acusação alegou, por seu lado, que houve saídas antecipadas em 18 dias e faltas em dois e que, nesses dias, a arguida assinou o livro de ponto, pelo que estava acusada de 18 crimes de falsificação de documentos. Como existe uma contradição óbvia entre os registos de presenças e os registos de entrada e saída do território, o Colectivo concluiu que a arguida praticou, de forma continuada, um crime de falsificação de documentos, condenando-a à pena acima mencionada.

A arguida, Ting Fui Lin, foi recrutada para trabalhar novamente no Centro Hospitalar



Conde de São Januário depois da sua aposentação. Entre 1999 e 2001, como os seus pais estiveram doentes, a arguida ia a Hong Kong cuidar deles, assinando muitas vezes o livro de ponto em saídas antecipadas e situações de falta, para ir e vir de Hong Kong.

Política

QUI, 3 de Setembro de 2009

Governo da RAEM já tem em seu poder a maioria do dinheiro dos subornos

**Hong Kong devolve milhões de Ao Man Long**

O Governo de Macau já recuperou mais de 350 milhões de dólares de Hong Kong de subornos pagos ao ex-secretário para as Obras Públicas, Ao Man Long, guardados em contas e cofres de Hong Kong.

De acordo com uma nota do Comissariado Contra a Corrupção de Macau (CCAC), cerca de 330 milhões de dólares de Hong Kong (30 milhões de euros) serão transferidos para os cofres do

Executivo ainda este mês.

Esta é a segunda quantia devolvida a Macau, depois de, em Fevereiro, terem sido entregues cerca de 22 milhões de dólares de Hong Kong, cumprindo-se uma sentença proferida pelo Tribunal Superior de Hong Kong.

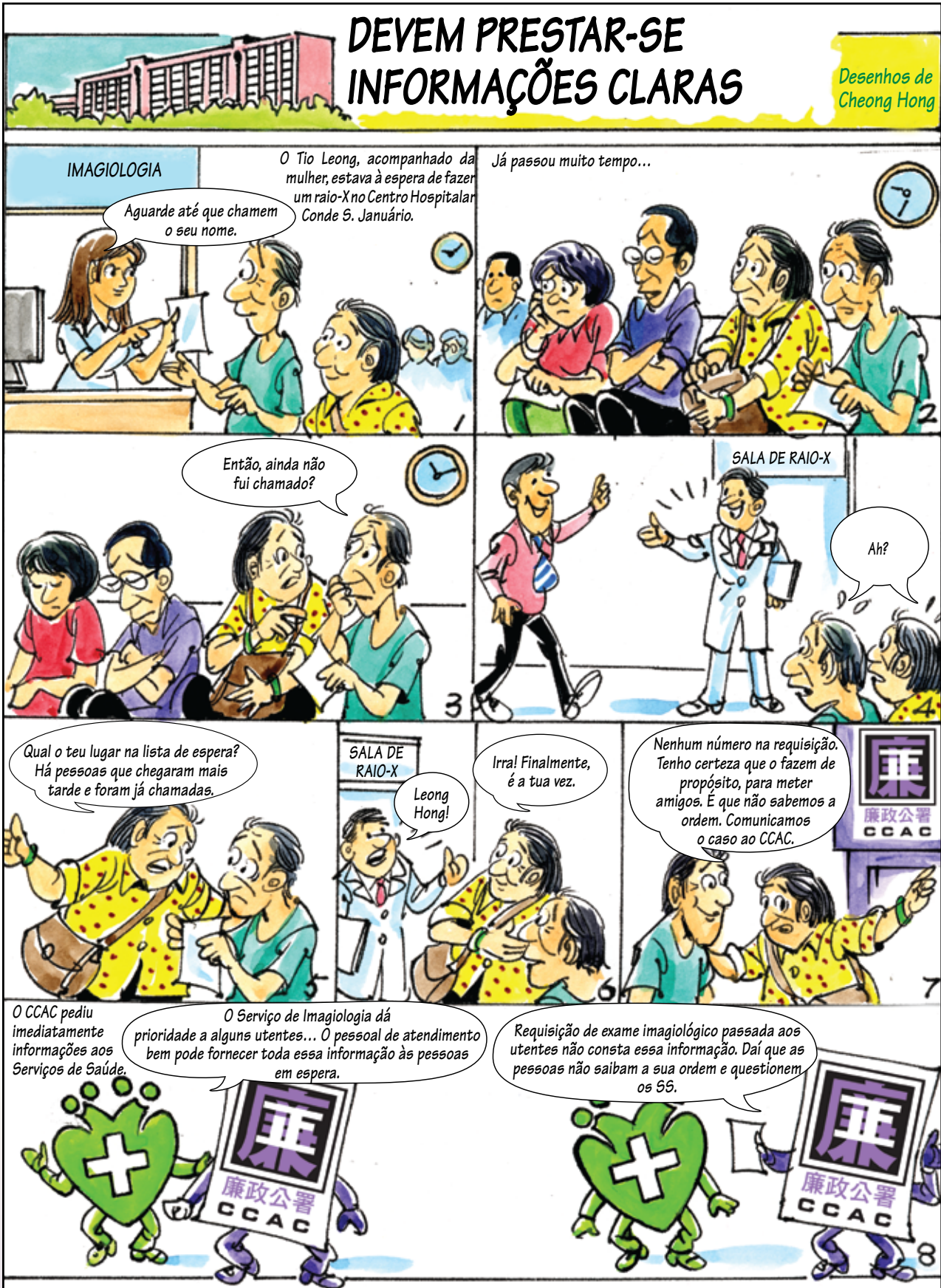
Restam ainda recuperar cerca de 80 milhões de dólares de Hong Kong que estão a ser objecto de acompanhamento pelas autoridades locais, segundo explica uma

nota do CCAC.

Ao Man Long, condenado em Janeiro de 2008 a 27 anos de cadeia por corrupção por branqueamento de capitais e outros crimes, teria só em Hong Kong cerca de 300 milhões de dólares de Hong Kong em d contas de empresas e em individual (dele e de fam como o pai e a cunhada) e 80 milhões de dólares de Hong Kong em cofres bancários.

# DEVEM PRESTAR-SE INFORMAÇÕES CLARAS

Desenhos de Cheong Hong



O CCAC solicitou aos SS o aperfeiçoamento do Serviço de Imagiologia na prestação de informações relativas à marcação e espera, para evitar mal-entendidos. Em resposta, os SS prometeram a instalação de ecrãs LED no espaço de atendimento na Imagiologia, com vista à prestação de informações claras.





Depois de ler jornal, o Quesito soube que a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado foi aprovada no início de Agosto do ano corrente e que entra em vigor no dia 1 de Março de 2010. A par disso, viu que a lei atribui competências ao Comissariado contra a Corrupção para prevenir e praticar actos de investigação e de inquérito referentes a actos de corrupção no sector privado. Nesse dia, o Quesito encontrou-se com o Doutor Sabedor e conversou com ele sobre a lei.

Q: Ó Sr. Doutor, porque é que se escolhe este momento para legislar contra a corrupção no sector privado?

S: Não precisas de pensar de forma muito complicada! Talvez estejas sensível a este assunto. Na realidade, foi aprovada a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção em Nova Iorque em 31 de Outubro de 2003 e, como Estado Parte, a República Popular da China fez, em 13 de Janeiro de 2006, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, o depósito do seu instrumento de ratificação da Convenção e notificou que a Convenção se aplica à Região Administrativa Especial de Hong Kong e à Região Administrativa Especial de Macau, e assim a Convenção entrou internacionalmente em vigor para a P.R. China, incluindo Hong Kong e Macau, em 12 de Fevereiro de 2006. Em 2007, o Chefe do Executivo, no seu Relatório das Linhas de Acção Governativa, declarou que entregaria um projecto de lei contra a corrupção no sector privado, coordenado com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção vigente em Macau.

Q: A vigência da Convenção..... tem ligação com a regulamentação contra a corrupção no sector privado?

S: Em conformidade com o artigo 21.º (Corrupção no Sector Privado), cada Estado Parte deverá considerar a adopção de medidas legislativas e de outras que se revelem necessárias para tipificar infracções penais, quando praticadas intencionalmente, no decurso de actividades económicas, financeiras ou comerciais. Assim, isso pede-nos para legislar contra actos corruptos no sector privado, não é?

Q: Sim. Mas em relação a Hong Kong, como é a situação? É diferente?

S: Em Hong Kong, a lei contra a corrupção tanto no sector público como no sector privado foi aprovada antes da criação, em 1974, da Comissão Independente Contra a Corrupção (ICAC) que tem funções específicas para combater a corrupção e a fraude e, ao longo destas décadas, conseguiu um resultado frutífero. No entanto, em relação a Macau, durante muito tempo, o seu regime apenas previa o combate à corrupção no sector público. Agora, a lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, já aprovada, deve ser considerada com destaque na história da construção de uma sociedade incorrupta em Macau.

Q: Percebi agora. Serviços públicos e instituições privadas constituem, conjuntamente, toda a sociedade. Os actos ilícitos sobre corrupção activa e passiva podem aparecer no sector público, mas também surgir no sector privado. Se fossem tratados de formas diferentes, não contribuía para o desenvolvimento saudável da sociedade.

S: Exactamente! É isso mesmo! Podemos pensar numa situação: um casal tem dois filhos e os dois filhos trabalham com a aquisição de bens e serviços. O filho mais velho trabalha na administração pública enquanto o filho mais novo trabalha numa empresa privada. Num processo de aquisição de equipamentos de informática, o filho mais velho aceitou uma vantagem ilícita e, por isso, cometeu um crime. O filho mais novo também praticou um acto de corrupção passiva mas não havia lei para o castigar. Assim, com o conceito de valores invertido, como se aumenta o nível de integridade social?

Q: Claro que sim! Ambos os actos são imorais e destroem a justiça social. Devem ser punidos igualmente!

S: A lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado serve para complementar o regime vigente. Em suma, no sector privado, quem oferecer vantagem ilícita ao empregado ou mandatário de um terceiro, exigindo-lhe a traição aos interesses do seu empregador ou mandante, comete o crime. Ao mesmo tempo, o empregado ou mandatário que aceitar ou solicitar essa vantagem também é incriminado.

Q: Agora começo a perceber a lei. Muito obrigado! Ó Doutor Sabedor, na próxima vez, vou perguntar-lhe quais são as disposições da lei.

S: Está bem.

## EX-DIRECTOR DA FACULDADE DE MEDICINA DA UHK CONDENADO POR MÁ CONDUTA

O ex-director da Faculdade de Medicina da Universidade de Hong Kong (UHK), Lam Shiu-kum, tornou-se o primeiro médico e académico da região vizinha punido com pena de prisão por má conduta no exercício de funções públicas. O arguido, de 66 anos e uma autoridade internacionalmente reconhecida em gastroenterologia, foi condenado a 25 meses de prisão, num processo em que era acusado de, ilegitimamente, se apropriar de taxas de serviços médicos e donativos, em mais de três milhões e novecentos mil dólares de Hong Kong.

Os factos ocorreram entre Setembro de 2003 e Janeiro de 2006, quando Lam era director da Faculdade de Medicina. Por meios enganosos, conseguiu que vinte pagamentos de taxas de serviços médicos, efectuados por pacientes sob os seus cuidados, fossem depositados na sua conta bancária particular e mais de três milhões de donativos oferecidos à UHK entrassem na conta da empresa privada de que era proprietário. Emitiu aos pacientes envolvidos recibos em nome da UHK e da *Hospital Authority*, sem autorização daquela instituição de ensino superior, a que também não deu conhecimento do destino das referidas taxas. Foi detido em 2007 pela *Independent Commission Against Corruption* (ICAC) de Hong Kong, que o acusou de 34 crimes de burla, furto e outros.

Na leitura da sentença, o juiz Patrick Li Hon-leung reconheceu o grande contributo do arguido na área da medicina, o seu prestígio internacional e o facto de ser um médico que cuidava bem dos seus pacientes. No entanto, salientou que, dado o cargo de Lam, o Tribunal esperava dele o mais alto grau de integridade. Lamentavelmente, referiu, o arguido não só desviou, em proveito próprio, taxas de serviços médicos e donativos, como também tentou encobrir os seus actos, passando, sem autorização e repetidamente, recibos em nome da UHK e da *Hospital Authority*.

Por outro lado, quando contra ele se iniciou uma investigação interna, contactou os pacientes envolvidos, exigindo-lhes alterações ao conteúdo das queixas, num acto intencional, imoral e criminoso, visando o encobrimento dos factos. Argumentou agir com vista à aplicação flexível de fundos, a fim de os montantes envolvidos serem aplicados no desenvolvimento das suas funções, mas o Tribunal não se deixou convencer. A má conduta no exercício de funções públicas é uma infracção grave e, no processo em questão, nada justifica uma pena suspensa, acrescentou o juiz.

(Fonte: jornais de Hong Kong publicados a 4 de Setembro de 2009)



**Nada peças e nada  
devas, aí começa a  
independência.**



# 依法辦事拒收禮 廉潔公僕心無愧

Recuse ofertas indevidas.  
Seja um funcionário público íntegro!



廉政公署  
Comissariado contra a Corrupção  
新口岸宋玉生廣場「皇朝廣場」十四樓  
Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, Edif. "Dynasty Plaza", 14º Andar, NAPE  
電話 Tel: 2832 6300 傳真 Fax: 2836 2336 www.ccac.org.mo



24小時舉報熱線：**2836 1212**  
Linha Vermelha - 24 horas